



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD**

CLÁUDIA DE SOUSA FREIRES

**PARADIGMAS DA LÍNGUA FORMAL: UMA ANÁLISE DA
TEXTUALIDADE E DA INTERTEXTUALIDADE NAS REDAÇÕES DO
ENEM**

Brasília
2015

CLÁUDIA DE SOUSA FREIRES

**PARADIGMAS DA LÍNGUA FORMAL: UMA ANÁLISE DA
TEXTUALIDADE E DA INTERTEXTUALIDADE NAS REDAÇÕES DO
ENEM**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa – Revisão de Textos

Orientadora: Profa. Maria del Pilar Tobar Acosta

Brasília
2015

CLÁUDIA DE SOUSA FREIRES

**PARADIGMAS DA LÍNGUA FORMAL: UMA ANÁLISE DA
TEXTUALIDADE E DA INTERTEXTUALIDADE NAS REDAÇÕES DO
ENEM**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa – Revisão de Textos

Orientadora: Profa. Maria del Pilar Tobar Acosta

Brasília, 12 de maio de 2015.

Banca Examinadora

Profa. Maria del Pilar Tobar Acosta

Profa. Anna Clara Viana

Filha de retirantes nordestinos, do interior do Ceará semianalfabetos permita-me oferecer meu diploma em forma de agradecimento.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer àquelas pessoas especiais que me apoiaram ao longo da elaboração desse trabalho. As palavras de encorajamento que tantas vezes recebi dos amigos certamente tornaram minha tarefa bem menos árdua. À Ana Pagy, por contribuir com opiniões e sugestões para o aprimoramento desse trabalho. Agradeço em especial aos meus pais Sr. Francisco Freires e Sra. Lusia Freires por todo o carinho, apoio e pela paciência infinita que sempre tiveram comigo. Acima de tudo, agradeço a Deus por cercar-me de pessoas maravilhosas e de tantas oportunidades para partilhar, com elas das suas bênçãos.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo refletir acerca do processo de correção da produção textual do Enem de 2013, partindo do objetivo central do programa: a inclusão social. Os elementos norteadores foram as competências e habilidades estabelecidas para correção conforme a proposta do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O propósito é contribuir com os estudos acadêmicos tanto para profissionais da educação quanto para os de revisão de textos sobre os critérios e parâmetros envolvidos no referido processo da inclusão que é prospectar não a seleção dos participantes, mas sim subsidiar a busca de meios pelos quais todos possam adquirir conhecimento necessário para seu próprio desenvolvimento intelectual; Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa e documental dividida em dois momentos: (i) revisão bibliográfica concernente o tema; e (ii) coleta e análise de documentos relacionados à prova de redação do ENEM, bem como de redações efetivamente produzidas por participantes do processo. Objetivou-se, assim, compreender como a revisão de texto ocupa lugar de destaque na esfera do Exame, uma vez que por existir um desconhecimento acerca do emprego de um revisor/a/corretor/a que exerce suas funções ao corrigir as redações dos participantes. Além disso, será visto a textualidade e da intertextualidade presente em cada uma delas. Será realizada uma breve análise, a partir das teorias da Análise de Discurso Crítica (FAIRRCLOUGH, 2001), sobre a transdisciplinariedade que acontece na produção textual. O ensino da Língua Portuguesa deveria ser a disciplina com maior desenvoltura e interesse entre os estudantes, uma vez que é a principal disciplina abordada dentro da sala de aula, bem como as produções textuais, mas não é o que acontece, tanto que foram apresentadas neste trabalho exemplos de redações corrigidas pelos corretores do Enem que se desviaram do pretendido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Palavras-chave: ENEM. Compreensão textual. Redação. Revisor/corretor.

ABSTRACT

This Paper aims to consider about correction of 2013 Enem text production process from the main objective of the program: social inclusion. Competences and skills according to the draft of Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) guiding elements. Its purpose are contributing to academics studies for both education professionals and for the text revisors on criteria and parameters involved in prospecting subsidies for seeking ways in which everyone can acquire necessary knowledge for the proper intellectual development rather than exploring the selection of attendees. Therefore, we conducted a qualitative and documental research in two steps: (i) literature review concerning the subject; and (ii) document gathering and analysis on writing ENEM exam as well as essays effectively produced by participants in the process. The objective is, for that reason, understanding how text revision is a major concern in the realm of the Exam since there is a lack of knowledge about the use of a reviewer / proofreaders who fulfills his duties to correct the essays of participants. In addition, textuality and intertextuality will be booth addressed in each. Theories of Critical Discourse Analysis (FAIRRCLOUGH, 2001) about transdisciplinarity that happens in textual production will be briefed. The teaching of Portuguese should be the discipline with greater ease and interest among students since it is the main subject addressed in the classroom, as well as the textual production; but it is not the case, as they were presented in this paper examples of essays corrected by ENEM proofreaders who have strayed from what was intended by the National Curriculum Standards.

Keywords: ENEM. Text comprehension. Writing. Proofreading.

SIGLAS

ADC – Análise de Discurso Crítica.

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

IES – Instituições de Nível Superior.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

NM – Nível Médio.

NS – Nível Superior.

PROUNI – Programa Universidade para todos.

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica.

PISA – Programa internacional de avaliação de Alunos.

SISU – Sistema de Seleção Unificado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
I NOVO CICLO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	22
1.1 Aparições do Exame Nacional do Ensino Médio no cenário brasileiro	22
1.2 Escrever: o bicho de sete cabeças	24
1.2.1 Mudanças na correção das Redações do Enem.....	27
1.2.2 Gênero Textual – Texto Argumentativo-dissertativo.....	28
1.2.3 Processo de correção das Redações do Enem.....	29
1.3 Multidisciplinares de um profissional de revisão de textos	31
1.4 Defasagem escolar frente ao processo seletivo para o NS	34
2 PROPRIEDADES DA COMPREENSÃO TEXTUAL	36
2.1 No caminho existia um texto, por meio de um texto existia um caminho	36
2.2 O Sequencial lógico da Compreensão e Interpretação Textual	37
2.3 Construção particular da Textualidade	38
2.4 Processos de produção de textos por meio da Intertextualidade	39
2.5 Análise de Discurso Crítica (ADC)	40
3 REDAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA	41
3.1 Questões de pesquisa/ objetivos	41
3.2 Coletas de Dados	43
3.3 Análise Textual e discursiva crítica	52
4 PERCEPÇÃO CRÍTICA DOS MOLDES DE ENSINO	53
4.1 Análise dos manuais de ensino comparando com o edital: reflexão crítica	53
4.2 Análise das provas corrigidas comparando com o ensino: reflexão crítica	55
4.2.1 Texto 1 – Marcos da Silva Gonçalves.....	55
4.2.2 Texto 2 – Benedita Paulo de Mesquita.....	56
4.2.3 Texto 3 – Jaqueline de Mesquita de Souza.....	56
4.3 Percepção crítica advinda da análise das redações	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
ANEXO A Exemplo de Redação que obteve nota (1000)	
ANEXO B Exemplo de Redação que obteve nota (1000)	

INTRODUÇÃO

Partindo do princípio de que a Educação é essencial para que ocorra o progresso de uma sociedade como um todo, pois atinge diretamente o desenvolvimento social e econômico do país, entendemos a relevância de ações que promovam a justiça social, tais como as medidas de distribuição de renda promovidas nos últimos dez anos no país. Neste sentido, entendemos que a ampliação e a reorientação do Exame Nacional do Ensino (ENEM) vieram alinhar-se, ao campo do acesso à educação, às medidas de promoção da igualdade sociais.

No Brasil, as cortinas somente se abriram para a educação a partir 1940 motivados por movimentos sociais¹ e em 1971, surgiu à concretização da lei nº 5.692 que estabeleceria as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Anos depois em 1988, na Constituição Federal do Brasil, no art. 205, tornou-se prevista como um direito social do cidadão o acesso à educação.

Siglas como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – e Programa Universidade para todos – PROUNI ingressam no vocabulário da população brasileira, pois são ações estruturais por políticas públicas, que podem contribuir para a inclusão de jovens e adultos por meio do acesso ao ensino superior.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – estimula o crescimento da produção acadêmica acerca de temas concernentes à educação, além de estabelecer um padrão mínimo de qualidade nos moldes de ensino. Nesse sentido, em 1998, foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, cujo objetivo primeiro era avaliar o desempenho dos estudantes nas escolas e contribuir com o avanço na qualidade de ensino almejado pelo Governo Federal e Parâmetros Curriculares Nacionais.

Esta primeira fase do exame está relacionada muito mais à aferição/ao diagnóstico de como estaria o Ensino Médio (EM) no país, por meio dos resultados dos/as egressos/as do sistema. Em um segundo momento, o Enem tornou-se uma

¹ No Brasil, as pressões exercidas pelos movimentos sociais populares nos grandes centros urbanos e industriais do país, como São Paulo, entre o final dos anos 1940 e os anos 1960, levaram à expansão das oportunidades educacionais e à integração formal do ensino primário ao primeiro ciclo do ensino médio, o antigo ginásio. Ironicamente, foi o governo militar, por meio da Lei nº 5.692/1971, que introduziu formalmente a mudança, fixando a obrigatoriedade do ensino comum de oito anos. (MORAIS; KRUPPA, 2013, p.19)

das principais vias de acesso às instituições público/privadas do país, a relevância social por ter um caráter democrático e inclusivo causou o investimento no desenvolvimento nas políticas educacionais.

A popularidade do ENEM ganhou força em 2004, após o Ministério da Educação instituir o Programa Universidade para Todos – PROUNI e fazer o permissionário de bolsas de estudo para Instituições de Nível Superior – IES.

Concentramo-nos, nesta monografia, sobre a prova de redação do ENEM, especificadamente, a do ano de 2013, cujo tema foi “Efeitos da implantação da Lei Seca No Brasil”. Nosso principal questionamento é compreender como é a estrutura da avaliação de texto e como o tema permite aferir o desempenho dos/as participantes do processo.

Buscamos igualmente compreender como configuram os processos relacionados à prova de redação. Dentre esses, interessou-nos analisar o papel do/a corretor/a de textos no âmbito da correção das redações do ENEM 2013 e fazer uma reflexão sobre as práticas educativas de ensino buscando compreender se são coerentes com as práticas de correção exigidas no edital.

Do ponto de vista acadêmico, surge o interesse de justamente acrescentar considerações construtivas, uma vez que o Decreto Federal nº 79.298/1977 institui que a prova de redação torna-se parte da seleção obrigatória para ter acesso ao nível superior.

Para a realização desta investigação construímos procedimentos metodológicos de ordem qualitativa, ou seja, “o trabalho de descrição tem caráter fundamental em um estudo qualitativo, pois é por meio dele que os dados são coletados” (MANNING, 1979, p. 668).

Com relação ao caráter teórico e formal da pesquisa, tem-se como base a abordagem qualitativa, com viés de pesquisa documental, que ao entender de Godoy (1995b, p. 25), visa promover um exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação particular.

O presente trabalho foi então estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentam-se o Novo ciclo da Educação Brasileira, após o surgimento do Exame Nacional do Ensino Médio tornando-se possível a inclusão social de jovens e adultos ao nível superior, além de apresentar alguns obstáculos da prova avaliativa pela qual o(a) estudante deve passar para demonstrar que está capacitado. Neste capítulo, podemos comprovar, também, a necessidade de profissionais com

percepção aguçada de multidisciplinariedade e com sensibilidade interpretativa para correção das provas, bem como o crescente mercado dos cursinhos preparatórios que conseguiram enxergar no ensino precário um nicho de mercado lucrativo.

O segundo capítulo, proporciona uma análise sobre a importância da leitura contínua e do conhecimento linguístico na elaboração de textos concisos e coerentes que consigam ranquear dentro dos parâmetros avaliativos do ENEM. Com o intuito de proporcionar ao estudante o desenvolvimento de uma comunicação textual clara, sem ruídos, no qual a interpretação de qualquer que seja o(a) receptor(a) não seja prejudicado(a).

O terceiro capítulo apresenta-se como estudo de caso. No qual é possível inferir que o uso da metodologia qualitativa e a análise documental são as formas mais abrangentes e indicadas conforme os estudos explicitados, focando nas competências estipuladas pelo Exame, como modo de esmiuçar a compreensão que o(a) candidato(a) teve referente ao tema e o conhecimento empírico do(a) estudante ao elaborar a produção textual.

No quarto e último capítulo são apresentados os resultados da pesquisa realizada com base em algumas redações analisadas do Enem. É plausível afirmar que a prática da leitura, bem como da escrita, qualifica e torna o participante mais competitivo a vaga. Portanto, por se tratar de um sistema inclusivo, ao qual a concorrência é acirrada, o(a) estudante deve esforçar-se além do ensino público defasado para conseguir uma classificação satisfatória.

1 NOVO CICLO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A democratização para o ensino superior faz com que jovens e adultos se sintam motivados a continuarem os estudos, apesar de que o acesso ao ensino superior não significa somente poder se matricular, mas ser capaz de acompanhar a vida acadêmica e realizar de maneira eficaz as atividades e leituras necessárias para aquisição do conhecimento e sua aplicação. Nessa perspectiva, procuramos neste capítulo fazer um panorama dos acontecimentos atuais na educação brasileira, partindo da aparição do ENEM, um programa que colabora para processos de reflexão pedagógica, aprimoramento do ensino, orientação curricular, planejamento da vida escolar e reformulação de políticas educacionais.

1.1 Aparições do Exame Nacional do Ensino Médio no cenário brasileiro

A primeira versão do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM foi em 1998, estabelecido pela Portaria Ministerial nº 438, de 28 de maio de 1998, com o objetivo avaliar o nível de aprendizado dos alunos de forma voluntária em escolas públicas e particulares de todo país, a fim de fazer a reestruturação curricular da educação básica.² Após dezesseis anos de estrada, sofreu várias modificações consideráveis relacionadas diretamente as políticas públicas de educação. Atualmente, o Exame possui 180 questões ³ este formato o torna parecido uma prova de vestibular, porém a diferença acontece no modo de avaliar os candidatos/participantes, inclusive na redação. O vestibular tradicional exige que os/as candidatos/as trabalhem com as informações, os conteúdos adquiridos em todo o período escolar. O Enem segue a linha de desenvolver a interdisciplinaridade e contextualização, abordando temas contemporâneos.

Desde 2009, a prova é dividida em dois blocos, uma sendo aplicada no sábado e a outra no domingo, respectivamente. A aplicação acontece apenas uma

² Informação publicada no site Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem>> Acesso em: 13 ago.2013.

³ O primeiro modelo de prova do Enem, utilizado entre 1998 a 2008, apresentava 63 questões. Somente a partir 2009 considerou o quantitativo de 180 questões. Informação publicada no site Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem> > Acesso em: 13 ago. 2013.

vez ao ano, sendo que a média atingida pelo/a candidato/a é o fator central nos processos de seleção do Programa Universidade para Todos – PROUNI – e do Sistema de Seleção Unificado – SISU. Atualmente, são mais de quinhentas universidades que usam como recurso em seus processos de seleção as notas obtidas nas provas e muitas dessas instituições substituem seus vestibulares tradicionais pelos resultados obtidos no exame.

Cabe frisar que a expansão da avaliação e de seu alcance é notável, uma vez que não somente os concluintes e os que estão concluindo o Ensino Médio podem participar do exame, mas também egressos de anos anteriores ou aqueles que nem chegaram a fazer o Ensino Médio. No ano de 2014, uma grande novidade foi à adesão a Universidade de Coimbra, em Portugal ao SISU. A parceria, segundo o vice-reitor⁴ se deve ao alto padrão de qualidade do exame. Desta forma, o Exame Nacional do Ensino Médio será admitido no processo de seleção para estudantes brasileiros interessados em cursar a graduação na Universidade de Coimbra.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Educação, no ano de 2013, o número de inscritos foi de mais de cinco milhões,⁵ ultrapassando o número de inscritos de 2012 que foi de quatro milhões. Assim, é um recorde histórico na trajetória do Enem, além disso, muitos dos inscritos usaram a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a chamada “Lei de Cotas”, que dispõem para as universidades, institutos e centros federais e devem reservar para candidatos cotistas metade das vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos.

Uma informação pouco divulgada é que o Enem conforme a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, permite em seu art. 38, o seguinte texto:

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

⁴ Reportagem publicada no site da Empresa Brasileira de Comunicação – EBC. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2014/04/universidade-de-coimbra-vai-usar-enem-para-ingresso-de-brasileiros>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

⁵ Reportagem publicada no site Portal Brasil. Disponível em: <www.brasil.gov.br/educacao/2013/10/inep-divulga-gabarito-oficial-do-enem-2013>. Acesso em: 13 fev. 2014.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Compreendendo os termos da lei, caso o participante não tenha concluído o Ensino Médio na idade adequada, poderá fazer a solicitação no ato da inscrição, ao realizar o exame e obtendo o mínimo de 450 pontos na parte objetiva e 500 pontos na redação poderá obter o certificado de conclusão do Ensino Médio.

Conforme visto, o exame tem caráter voluntário, mas existe um projeto de lei aprovado no Senado Federal por meio da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prevendo ser obrigatório o exame.⁶ Dessa forma, seria um sistema efetivo na avaliação do ensino médio.

1.2 Escrever: o bicho de sete cabeças

Na perspectiva de Lucília Garcez (2008), existem mitos que cercam o ato de escrever, uma vez que o ato de escrever é advinda de uma habilidade a ser desenvolvida, “escrever bem é o resultado de um percurso constituído de muita prática, muita reflexão e de muita leitura” (GARCEZ, 2008, p. 6). Organizar os pontos principais do texto em um rascunho é facilitador para o emissor, do modo que ao fazer as disposições dos aspectos gerais do tema, consiga posteriormente delimitar os tópicos que serão abordados e dessa forma, seguir uma espécie de “tessitura”.

É válido lembrar que um dos propósitos ao fazer uma produção textual é que o outro entenda os pontos de vista apresentados pelo o emissor, uma vez que “a escrita não é apenas uma oportunidade para que a pessoa mostre, comunique o que sabe, mas também para que descubra o que é o que pensa o que quer e o que acredita” (GARCEZ, 2008, p. 9).

Paulo Freire (1989) afirma que a leitura do mundo procede à leitura da palavra, dessa forma, pode se dizer que a escrita possui um valor social. Infere-se que isso se deve ao fato de que a escrita é um modo potencializado de fazer a interação entre os indivíduos, porém ser “alfabetizado” não se torna uma condição suficiente perante a sociedade, é necessário que exista igualmente o “letramento”.

⁶ Reportagem publicada no site Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/06/comissao-do-senado-aprova-projeto-de-lei-que-torna-obrigatorio.html>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

Os conceitos de alfabetização e letramento se misturam de tal forma que se propaga a ideia que tenham a mesma definição. Neste ponto, Soares (2004) enfatiza:

No Brasil a discussão do letramento surge apenas enraizada no conceito de alfabetização, o que tem levado, apesar da diferenciação sempre proposta na produção acadêmica, uma inadequada e inconveniente fusão dos dois processos. (SOARES, 2004, p.8)

Haja vista “não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis” (SOARES, 2004, p.14), ou seja, ser alfabetizado basicamente consiste em aprender a ler e a escrever e já o letramento segue paralelamente ao processo promovendo ao indivíduo a interpretação de situações diversas e a compreender os seus significados, visando em competências e habilidades para lidar com situações diversas do uso da língua. Nessa linha de raciocínio Trask (2004) complementa:

Letramento (literacy) — A capacidade de ler e escrever de maneira eficaz. O letramento é capacidade de ler e escrever e isso parece bem simples. Mas não é. Entre os dois extremos constituídos pelo domínio magistralmente perfeito da leitura e da escrita, de um lado, e pelo completo não letramento de outro, encontramos um número infinito de estágios intermediários: o letramento é gradual (TRASK, 2004, p. 154- 5)

Em meados da década de 1980/1990, aconteceram ações em prol de modernizar os moldes educacionais tanto no mundo quanto no Brasil. As produções acadêmicas ganharam uma cadeira cativa na elaboração de novas propostas, tanto que expressões como “letramento”, “avaliações” e “habilidades/competências” propagaram-se na necessidade de adotar práticas sociais de leitura e escrita que fossem mais eficazes no processo de alfabetização, além de outras conveniências provenientes para o progresso educacional.

A iniciativa no cenário da educação brasileira foi concretizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP implantando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB com o objetivo de produzir indicadores sobre o sistema educacional brasileiro. Dentre os indicadores

produzidos, constatou-se a ineficiência do ensino fornecido pelas escolas brasileiras, por possuírem um baixo desempenho de leitura demonstrados pelos/as os alunos/as.⁷

O modo avaliativo ou de avaliação permite o monitoramento de todo o processo educativo, uma estratégia pertinente para o desenvolvimento escolar. Porém os dados obtidos não identificam diretamente a capacidade de leitura dos alunos/as brasileiros, bem como o grau de letramento conforme pode ser conferido no artigo “Avaliação e Letramento: concepções subjacentes ao Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e ao Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA”.⁸

Parte integrante do processo de formação, uma vez que possibilita diagnosticar lacunas a serem superadas, aferir os resultados alcançados considerando as competências a serem constituídas e identificar mudanças de percurso eventualmente necessárias. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p.33)⁹

Dessa forma, avaliar é uma forma de optar por critérios que visem a mensurar as potencialidades dos/as alunos/as e detectar a defasagem de ensino. Tornam-se mais perspicazes em acompanhar o desenvolvimento dos estudantes no processo de transformação social no qual está inserido. “A avaliação é a reflexão transformada em ação, não podendo ser estática nem ter caráter sensitivo e classificatório” (HOUFFMANN, 1998, p. 58).

Com a chegada do ENEM, o formato de avaliação ganhou as modalidades estruturais de competência e habilidades. Sendo que a primeira tende à capacidade do estudante em dominar a norma culta da Língua Portuguesa, compreender fenômenos naturais, enfrentar situações problemas, construir argumentações e elaborar propostas para que atenda as questões sociais. Já a segunda, não sendo menos importante, corresponde a demonstração prática dessas competências por meio de ações e operações, ou seja, o participante tem várias possibilidades de abordagem do tema, tanto na opção por um determinado ponto de vista quanto na seleção de fatos, opiniões, informações e argumentos que sustentarão seu projeto de texto.

⁷ Informação publicada no site Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem>>. Acesso em: 13 ago.2013.

⁸ Artigo publicado Avaliação e Letramento: concepções subjacentes ao SAEB e ao PISA. Disponível em :<<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13933.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

⁹ Dados publicados no site Portal Ministério da Educação – MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20350>. Acesso em: 5 abr.2014.

1.2.1 Mudanças na correção das provas de redação do ENEM

O ENEM é pré-requisito em programas de ingresso em vagas de ensino superior, tais como SISU, o FIES, o PROUNI e o Ciência sem Fronteiras, além disso, é também responsável por programas de inserção no ensino técnico, como o Sisutec. Em 2013, muitas regras foram alteradas no Manual do Candidato, em especial sobre o modo de correção das redações. O nível de exigência aumentou em relação ao ano anterior de 2012. Essas mudanças vieram após diversas polêmicas envolvendo participantes que usaram o programa de maneira errônea como, por exemplo, colocando hinos de time, receita de macarrão instantâneo e cópia de textos da própria prova em suas redações. Com o objetivo de impedir esse tipo de ação que visava, essencialmente, à desmoralização do exame, o INEP tornou a prova mais rígida e novas definições foram criadas quanto aos critérios de anulação das redações, quais sejam,

- Não atenderem a proposta solicitada ou desenvolverem outra estrutura textual que não seja a do tipo dissertativo-argumentativo;
- Entregar a folha de redação sem texto escrito;
- Escrever até sete linhas, qualquer que seja o conteúdo;
- Escrever improperios, desenhos e formas propositais de anulação;
- Desrespeito aos direitos humanos;
- Parte do texto deliberadamente desconecta com o tema proposto;
- Cópias dos textos motivadores apresentados no caderno de questões serão desconsideradas para efeitos de correção e de contagem do mínimo de linhas. (INEP/EDITAL, 2013, p.17)

Assim, o tema proposto passou a ser rigorosamente cobrado nas correções e em caso de textos ou textos em partes fragmentadas que estivessem comprometendo a redação como: receitas, hinos de times, desenhos e afins. Desse modo, somente erros gramaticais ou de convenções de escritas serão aceitos, contudo penalizados na nota final da redação.

Após a implantação dessas normativas, no exame de 2013, dos 5.049.248 textos corrigidos,¹⁰ 481 obtiveram nota mil, a pontuação máxima; 32.991 redações foram deixadas em branco e 73.751, anuladas, totalizando 106.742 com nota zero. Segundo o INEP, 48,9% dos textos tiveram nota igual ou abaixo de 500 pontos,

¹⁰Dados publicados no site Portal Ministério da Educação – MEC Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20350>. Acesso em 5 abr.2014.

considerada a pontuação média. A maior concentração (27,9%) ficou na faixa de 501 a 600 pontos. Infere-se que 481 participantes, ou seja, menos de 1% de atingiram os 900 pontos. Torna-se um dado alarmante em vista da dimensão do programa, dessa forma subentende o quão deficiente é a nossa educação tradicional, pois mesmo os alunos tendo o português como a língua nativa, não estão aptos para produzirem textos acadêmicos o que vai de encontro o que foi visto anteriormente, isto é a alfabetização por si só não garante que o indivíduo compreenda os textos lidos, por isso a necessidade de que exista a alfabetização letrada, para que o ensino do ler e escrever proporcione ao estudante o domínio do de se deparar com vários tipos de contextos nas práticas sociais da leitura e da escrita, tendo em vista que a linguagem é um fenômeno social. Para Bruno (2007), “o letramento está totalmente associado ao desenvolvimento da cidadania e da criticidade” (p.134).

1.2.2 Gênero textual Texto argumentativo-dissertativo

Para se produzir um texto argumentativo-dissertativo o/a enunciatário/a tem como objetivo fazer com que o enunciatário faça a adesão do que foi proposto. Na concepção de Locks, Oliveira e Oliveira (1997) torna-se necessária que seja usada uma estratégia argumentativa de persuasão, impondo que o assunto necessariamente haja descrição, explicação e defesa de pontos de vista. Sendo assim, na expectativa sobre o tema da redação:

Você deverá defender uma tese, uma opinião a respeito do tema proposto, apoiada de argumentos consistentes estruturados de forma coerente e coesa, de modo a formar uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a norma padrão da Língua Portuguesa e, finalmente apresentar uma proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. (GUIA DO PARTICIPANTE, 2012, p.7)

A escolha do gênero textual argumentativo dissertativo visa promover a maturidade intelectual, a capacidade de raciocínio do aluno, instigando a capacidade de associar aos fatos cotidianos e defender o seu ponto de vista. Compreende-se que esse gênero é muito explorado para o desenvolvimento crítico do aluno, e por meio de defesas e argumentações seja criado um texto. Portanto, a proposta de

redação do programa tende/visa originar que o participante apresente sua ótica sobre o saber cultural, social e científico do tema sendo debatido.

1.2.3 Processo de correção das redações do ENEM

O processo de correção antes e após as aplicações das provas é uma corrida contra o tempo. O INEP convoca uma grande equipe de especialistas nas áreas de conhecimento relativas ao exame e estabelece a Comissão de Assessoramento Pedagógico, formados por professores de diferentes instituições públicas de ensino superior. Concluída a equipe de elaboração do ENEM, começa-se o trabalho de selecionar os textos¹¹ e a formulação de questões que estarão presentes no Exame. Para isso, todas são cadastradas no “Banco Nacional Itens” e em seguida, as escolhidas passam por um pré-teste com alunos selecionados para mensurar a dificuldade das questões, entre outros requisitos. Após todo esse processo os textos e as questões são efetivamente selecionadas. Com a diagramação elaborada, as provas são impressas em uma gráfica de segurança máxima e o depósito de todo o material é em galpões cedidos e vigiados pelo Exército Brasileiro. Os malotes utilizam lacres eletrônicos (do qual o INEP sabe o momento exato que eles foram abertos e fechados) saem dos galpões escoltados pela Polícia Rodoviária Federal e pelas Secretarias de Segurança Pública dos Estados.

Logo após a aplicação das provas, começa a segunda jornada. As provas objetivas são corrigidas de modo eletrônico, isso reduz a quase zero a chance de erros nessas correções. Como a prova também é composta por dissertação, são chamados profissionais de confiança do INEP para serem supervisores e corretores.

Como pré-requisito, o profissional corretor precisa ser necessariamente formado em Letras com licenciatura em Língua Portuguesa, pois o trabalho do corretor está basicamente destacado ao que se aprende no curso de Letras, habilidades que se referem à competência textual que um revisor profissional precisa dominar: interpretação e reconhecimento de textos coerentes. Para tanto os/as corretores/as precisam fazer um treinamento em um determinado período presencial e a distância que podem variar entre 100 horas ou mais de duração de curso.

¹¹ Os textos avaliados e escolhidos para a prova têm a fonte devidamente citada. Como a finalidade é educacional, não requerem autorização prévia dos autores, o que auxilia a manter p sigilo da prova.

A estratégia do Centro de Seleção e Promoção de Eventos – CESPE é fazer com que exista um nivelamento dos/as corretores/as que participam do processo, dessa forma, a banca organizadora aprimorou o sistema de avaliação perante a correção. Diariamente os/as revisores/as recebem um quantitativo aproximado de 50 redações, das quais a cada lote os/as colaboradores/as recebem as “redações ouro”, que consistem em redações previamente corrigidas por especialistas do CESPE. Essa conduta visa encontrar os possíveis desvios de notas entre os corretores, inclusive, o desempenho dos corretores é analisado não somente em relação às notas, sejam altas ou baixas, mas também aferem a lentidão/rapidez nas correções e até quanto tempo ficam com a redação aberta em frente ao computador. Todo esse monitoramento são atribuídas notas de 1 (um) a 10 (dez), e caso não mantenha a nota 7 (sete) poderá ser cortado do processo.

A redação é corrigida, a princípio, por dois/duas corretores/as,¹² de forma independente, sem que um conheça a nota atribuída pelo/a outro/a. Cada corretor/a/revisor/a atribuirá uma nota entre 0 (zero) e 200 (duzentos) pontos para cada uma das cinco competências totalizando 1000 (mil) pontos. A nota final corresponde à média aritmética simples das notas atribuídas pelos dois corretores. Caso ocorra uma diferença de 100 pontos ou mais entre as duas notas totais (em uma escala de 0 a 1000) ou se a diferença de notas em qualquer uma das competências for superior a oitenta (80) pontos, a redação passará por uma terceira correção. A nota atribuída pelo terceiro corretor¹³ substitui a nota dos demais corretores. Caso o terceiro corretor apresente discrepância com os outros dois corretores, haverá novo recurso de ofício e a redação será corrigida por uma banca composta por três corretores que atribuirá à nota final ao participante.

Informação divulgada pela mídia, afirma que em média um/a corretor/a corrige uma redação a cada três minutos,¹⁴ o que vai de encontro à possibilidade de

¹² Informação publicada no site Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira – INEP Edital 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2013/edital-enem-2013.pdf>. Acesso em 28 jun. 2013.

¹³ 30% das redações do Enem serão corrigidas por terceiro avaliador, prevê MEC. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-05-08/mais-de-30-das-redacoes-do-enem-serao-corrigidas-por-terceiro-avaliador-preve-mec>> Acesso em: 11 mai. 2014

¹⁴ Informação divulgada pelo site Estadão. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,corretor-vai-enfrentar-pegadinha-e-suspensao-imp-,1090081>>. Acesso em: 1 jun. 2014.

o/a corretor/a também errar na conferência das cinco competências, uma vez que o trabalho é exaustivo e solitário. A cada redação corrigida o pagamento é de R\$ 3,61 e para obter um valor razoável de remuneração o profissional se submete as pressões impostas, em entrevista publicada, a mestre em Língua Portuguesa Jussara Hoffmann, afirma que o ideal seria a revisão texto feita por no mínimo três examinadores cada redação,¹⁵ uma vez que todos os corretores são terceirizados e muitos que estão ali desempenham uma jornada de trabalho em outras empresas.

1.3 Multidisciplinares de um profissional de revisão de textos

Conhecida como uma profissão de bastidores, o/a revisor/a de texto é aquele profissional que, entre muitas atribuições, faz interferências em textos para expressar de melhor modo o que o autor/a/enunciador/a tentou expressar em uso de suas palavras. Promove a qualidade, uma vez que quando um/a leitor/a atento/a percebe uma negligência, seja na norma culta ou quanto na sua formatação pode ocasionar o desinteresse do leitor e até mesmo questionar a veracidade do texto lido.

Por vezes cabe ao/a revisor/a substituir palavras, frases e parágrafos, afim de que ao final, após todas as alterações feitas cada palavra esteja em seu devido lugar e para isso Malta (2000, p. 91) defende a posição de “ler e reler; sem isso, não sendo possível confiar numa revisão”, isso se deve ao fato que uma produção textual é geradora de sentidos, e para que seja compreendida e transmita exatamente a mensagem que seu/a enunciador/a espera, são necessários a quem revisa um texto conhecimentos por meio da norma culta da língua, tais como elementos discursivos: morfossintáticos; semânticos; sinônimos, ambiguidade, figuras de linguagem e prática da leitura, compreensão, interpretação e produção de textos, análise linguística e reescrita de textos.

Além desses, a formação do/a revisor/a de textos não se restringe apenas no âmbito da tradição da gramática. O/A profissional da área não deve ser engessado, ter limitações ao modo de correção, por isso é necessário ter formação de mundo, para torná-lo capaz de analisar a construção de um texto e praticar a melhoria de sua

¹⁵ Informação divulgada pelo site R7. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/educacao/noticias/professores-corrigem-100-redacoes-do-enem-por-dia-a-r-1-90-cada-20130323.html>>. Acesso em: 1 jun.2014

estrutura de modo que apresente coerência, pois o/a revisor/a de textos desenvolve suas habilidades em edições de matérias, traduções de textos e correção de textos, seja na postura gramatical ou na coerência discursiva.

A respeito, Malta (2000, p. 28) considera que:

O bom revisor precisa ter cultura geral, mas, sobretudo, precisa estar informado. Quem se propõe a profissionalizar-se como revisor precisa ter conhecimentos sólidos de História do Brasil, História Geral, Anatomia, Biologia, Astronomia, Religião, além de outras áreas. É claro que o revisor sempre terá o apoio de livros especializados, enciclopédias, dicionários tanto em sua casa ou escritório como nas próprias editoras, quer seja funcionário de uma editora quer colabore eventualmente.

Malta (2000) e Medeiros (2002) afirmam que por mais que seja uma profissão solitária, advertem que um/a revisor/a não se deve amedrontar perante consultar os colegas, manuais ou dicionários, haja vista que o/a profissional não se limita apenas as questões gramaticais e apesar de ser um ofício que existe formalmente no Brasil há mais de um século, sendo um dos seus pioneiros dessa o escritor Joaquim Maria Machado de Assis, até o presente momento não existe uma lei que ampare o/a revisor/a, salvo o decreto-lei nº 972 de outubro de 1969, que regulamenta como uma das funções de jornalista, ser revisor/a o que origina práticas abusivas contra esse profissional, bem como a desvalorização da carreira.

A profissão obteve grande relevância na esfera jornalística, principalmente nos anos 1980, dos quais os profissionais dominavam as Redações dos pequenos e grandes jornais corrigindo e eliminando os erros previsíveis do descuido de jornalistas e editores de matérias na correria de suas reportagens. Porém, com a introdução da informática e a chegada dos “corretores ortográficos” a maioria dos jornais eliminaram a função de revisor de textos das redações, acreditando-se que eram profissionais dispensáveis, uma vez que uma máquina poderia executar a mesma função com menor custo.

O processo de evolução dos meios eletrônicos ao longo dos anos provocou a transformação nas ferramentas de trabalho do/a revisor/a, papel e a caneta vermelha foram deixados de lado, e por via de um computador o profissional pode exercer sua função. Programas de edição de texto como o *Word*, permite usar ferramentas que controla, as alterações do revisor/a, bem como facilitar localizar expressões ortograficamente incorretas ou consideradas em desacordo com a norma culta. Já o programa *Adobe Acrobat* mostra o arquivo apenas como imagem, depois de

paginado ou formatado, pode o/a revisor/a trabalhar com ferramentas como notas em determinados trechos, nas quais se indica aquilo que quer alterar por meio de setas.

Por um lado, essa praticidade não limita os/as revisores/as a exercerem o ofício em órgãos públicos, empresas publicitárias e editoras, sendo possível enviar ou receber do cliente as demandas até mesmo em casa, podendo trabalhar com flexibilidade de horário. Por outro lado, conforme exposto anteriormente as especificidades do profissional da área vai além da correção gramatical, essa mobilidade é julgada com banalização.

Vejamos que o/as corretores/as das provas do Enem participam anualmente de treinamentos e cursos, O INEP oferece o curso preparatório *on-line* e presencial, que é acompanhado por um Manual de Capacitação para Avaliação das Redações, de 58 páginas aos corretores com orientações e exemplos de textos de candidatos para cada nota por critério de correção. Este um instrumento pedagógico utilizado na capacitação dos avaliadores e supervisores da correção das redações. É necessário que o profissional corretor tenha graduação em Letras com licenciatura em Língua Portuguesa, haja vista que o seu histórico escolar é voltado para questões gramaticais e lingüísticas.

A esse respeito, segundo Andrade e Rabelo (2007, p. 18) afirmam que:

A ideia era treinar a equipe quanto aos critérios de correção definidos pelo INEP e verificar a observância desses critérios, na correção individual, a fim de que fosse garantida a isonomia do processo. Ao mesmo tempo, com a correção digitalizada, era preciso verificar se o corretor conseguiria cumprir a tarefa com qualidade e no tempo previsto. (ANDRADE; RABELO, 2007, p. 18)

Sendo assim, convocação é feita por um supervisor regional do Ministério da Educação – MEC que seleciona e que fornece as instruções aos corretores. Todo o processo é feito virtualmente, o/a corretor/a recebe lotes de provas, após terminar, pode fazer a solicitação de envio de novos lotes de provas.¹⁶

O regime de trabalho terceirizado e a teórica flexibilização do trabalho, impõem ao/à corretor/a do Enem duras jornadas de trabalho em que sua atividade é vigiada e cerceada de diversos modos. Nessa perspectiva, o Cespe afere o tempo de cada uma das entradas do/a corretor/a no sistema, contabilizando quanto tempo

¹⁶ Informação divulgada pelo site da revista Exame. Disponível em <http://info.abril.com.br/noticias/carreira/2014/08/enem-tem-12-dos-corretores-de-redacao-reprovados.shtml>> Acesso em 11 ago. 2014.

levou para corrigir cada redação e estabelece um ranking de melhores e piores corretores/as. Em função desse ranking, o/a corretor/a pode ser desligado/a do processo mecanizando os/as revisores/as de texto, ou seja, o processo dissemina a seleção dos/as profissionais de tal modo se vêem obrigado a entrar na engrenagem a qualquer custo, por isso não é raro aparecer na mídia redações que são contestadas.¹⁷

1.4 Defasagem escolar frente ao processo seletivo para o Nível Superior

Em um país em que é necessário se submeter ao exame de vestibular para entrar em faculdades e universidades, os/as candidatos/as encontram como barreira as diversas competências, habilidades e domínio de conteúdos relacionados à produção de texto. Dentre estes, podemos destacar: o domínio da gramática normativa e o letramento não eficiente que serão vistos no decorrer deste trabalho.

Em razão de problemas no que tange à educação formal brasileira, em especial o ensino da língua materna demonstra que os estudantes mesmo tendo frequentado a escola por muitos anos “evidenciam um domínio limitado das habilidades e estratégias de processamento de informações necessárias ao enfrentarem a vasta gama de atividades” (SOARES, 1999, p.86).

Segundo o atual Ministro da Educação, Aloizio Mercadante “Nos últimos 20 anos, o acesso ao ensino médio cresceu 120%, mas não foi acompanhado da melhoria na qualidade de ensino”.¹⁸ As falhas do sistema educacional brasileiro tornam-se “o nó da relação social implícita no ensino escolar nacional” (MORAES, 1996) e conseqüentemente refletem no preenchimento de vagas em cadeiras de cursos preparatórios, haja vista a expansão do número de faculdades/universidades que aderiram o Exame Nacional do Ensino Médio.

¹⁷ Em reportagem ao Fantástico – Rede Globo de Televisão, A diretora executiva da fundação, afirma que não houve nenhuma contestação na justiça por causa das notas das redações. A Fundação Universitária para Vestibular – FUVEST estabelece com o corretor o pagamento por dia trabalhado e não por prova corrigida, dessa forma visa a qualidade no serviço prestado pelo profissional, tanto que uma mesma redação pode ser corrigida por até cinco corretores. Disponível em: <<http://youtu.be/ol7N4xwKlak>> Acesso em 1 jun.2014.

¹⁸ Reportagem publicada no site Empresa Brasileira de Comunicação - EBC Disponível em:

<<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-21/brasil-passa-integrar-conselho-diretor-do-pisa>> Acesso em 28 dez.2013.

Existem no país, tradicionalmente, cursos complementares particulares preparatórios para os exames de vestibular, chamados cursinhos. Aos poucos, em razão da expansão do ENEM, os cursinhos vêm se especializando neste tipo de prova e os estudantes no intuito de aprenderem o que não conseguiram assimilar nos ensino fundamental e médio evidentemente recorrem a esse tipo de curso, para diminuir as sequelas presentes em seu histórico escolar.

A precariedade educacional brasileira permite ao mercado de concursos adentrarem em seu meio tornando essas empresas prósperas, uma vez que o número de participantes inscritos para o exame é crescente. Não existem dados quantitativos que demonstrem o lucro efetivo dessa indústria, porém a metodologia flexível, dinâmica e prática oferecida aos estudantes por estas instituições tornam-se o canal quase que obrigatório para aqueles que desejam se preparar para as avaliações.

Nesta perspectiva, professores/as buscam conforme os autores Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) uma “sequência didática” que facilite o entendimento dos estudantes e que os levem a compreender o raciocínio da criação de um texto e que compreendam as características pertinentes da textualidade e do processo de intertextualidade aplicada a um texto lido ou redigido, usando como base assuntos cotidianos dos/as quais os estudantes percebem a sua usabilidade, uma vez se utiliza essas referências servem como ingredientes os estudos da gramática oferecendo uma visão da estrutura e do funcionamento da língua, conforme pensamento de Perini (2010). Promovendo assim, o desenvolvimento dos estudantes, preparando-os para terem o domínio linguístico e a capacidade de produzirem textos adequados com a perspectiva de desempenho tanto no mundo acadêmico quanto no profissional.

2 PROPRIEDADES DA COMPREENSÃO TEXTUAL

O filósofo Sócrates (469-399 a.C.) afirmava que, para alcançar a virtude, a mente precisa ser treinada, isto é, disciplinada por meio de exercícios, dessa forma ajudaria os discípulos a trazerem ao mundo suas próprias ideias. A leitura e a produção de textos são atos indispensáveis na formação acadêmica de qualquer personagem escolar, pois a interdisciplinaridade não explorada e a falta de variação textual interferem de modo direto ou indireto em seu contato com todos os meios de comunicação, seja uma carta ao presidente ou uma mensagem postada em redes sociais, as quais são habilidades que fazem diferença em uma sociedade que exige pessoas cada vez mais capacitadas.

2.1 No caminho existia um texto, por meio de um texto existia um caminho

Para o melhor entendimento da abordagem deste trabalho, destaco que a Linguística pode ser definida como a ciência que estuda os fatos da linguagem, teve seu início na década de 1960 na Europa, particularmente na Alemanha e, em quase cinco décadas, a linguística textual vem sendo estudada constantemente pelos teóricos. O uso da expressão começou com Harald Weinrich (1966), a princípio acreditava-se que as linguísticas textuais somente deveriam ser analisadas pelas composições de palavras ou frase soltas, com as críticas de que eram insuficientes para sanarem os fenômenos linguísticos.

A faceta dos estudos da língua está deixando o vício de ser no formato estruturalista, permitindo então que seja apresentada dentro de sala de aula a estimulação em trabalhar com textos, observando os contextos, as descrições, narrações e dissertações, sem deixar de aplicar simultaneamente a análise gramatical, limitando o modo tradicional de trabalhar a gramática com exercícios de pouca didática de ensino e com vistas a levar os estudantes da língua a realmente compreenderem e interpretarem o que estão lendo.

A análise linguística propaga uma postura de reflexão sobre a organização do texto apreciado, conduzindo o leitor à compreensão das opções temáticas e estruturais feitas pelo/a autor/a, tendo em vista o seu interlocutor. Sob essa ótica, o

texto deixa de ser pretexto para se estudar a nomenclatura gramatical e a sua construção passa a ser o objeto de ensino.

2.2 O Sequencial lógico da Compreensão e Interpretação Textual

Na perspectiva do enfoque desta monografia é necessário destacar que a compressão do que viria a ser um “texto”, vem sendo analisada constantemente pelos estudiosos da língua. A palavra surgiu do latim “*Textum*”, que significa tecido, o dicionário Houaiss afirma ser um “conjunto das palavras escritas, em livro, folheto, documento e etc. (por oposição aos comentários, aditamentos, sumário etc.); redação original de qualquer obra escrita”.

Inferese-se que, para que exista um texto, é necessário haver uma estruturação lógica contendo o uso adequado de palavras que darão uma sequência pertinente e coesa. Quando o texto apresenta uma divisão de introdução, desenvolvimento e conclusão, torna-se mais fácil de ser compreendido, pois a introdução permite apresentar brevemente o texto, que constará na leitura logo mais deste. O desenvolvimento deve conter os argumentos exemplificados e a conclusão se torna a síntese do texto, a confirmação das ideias principais expostas e a solução do problema que fora levantado. Guimarães (1992, p.14) afirma que

Em sentido amplo, a palavra texto designa um enunciado qualquer, oral ou escrito, longo ou breve, antigo ou moderno. Concretiza-se, pois, numa cadeia sintagmática de extensão muito variável, podendo circunscrever-se tanto a um enunciado único ou a uma lexia quanto a um segmento de grandes proporções. (GUIMARÃES, 1992, p.14)

Os processos de compreensão e de interpretação dos textos basicamente se convertem em um diálogo entre o/a produtor/a e o/a receptor/a da informação, sendo que uma busca no sentido de fazer uma leitura exploratória, analítica e crítica, auxilia na percepção geral do texto, mas é necessário possuir conhecimentos linguísticos, pois é um dos primeiros passos para que ocorra uma interação entre as duas partes. O segundo passo é o leitor ter conhecimento de mundo, ou seja, capacidade de reconhecer fatores históricos, sociais, geográficos, econômicos e literários ao modo que permitam compreender o que o autor quer dizer no texto produzido, já o terceiro passo é avaliar os conhecimentos contextuais que possui o leitor, pois o reconhecimento das ideias do texto permite novas interpretações

textuais. Reforço que tudo isso se coaduna com a abordagem desse trabalho e reforça a minha investigação sobre a textualidade e a intertextualidade nas redações do ENEM.

Destaco, também, a identificação do contexto, pois o uso do vocabulário está diretamente ligado à natureza do discurso, Koch (2002, p.17) considera que “todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo”. Em tradução, a linguagem escrita possui um valor além do calculável devido ao poder que tem de interferir no raciocínio, participando ativamente nas influências de vertentes que antes eram desconhecidas e não explorados, por isso a necessidade de trabalhar com os estudantes pesquisas, inovações de produções textuais, dessa forma o/a aluno/a pratica de forma lógica e sequencial a estruturação de um texto, permitindo que ao lerem, seja um artigo, um livro, um jornal ou até mesmo uma redação consigam entender todas as ideias de transmissão passadas pelo/a autor/a, bem como, tenham repertório de escrita e que ao chegarem a avaliações como o ENEM, tenham total autonomia para elaborar um texto sem medo de usar as palavras.

2.3 Construção particular da Textualidade

Para que haja textualidade em um texto, Beaugrande e Dressler (1981) avaliam o uso necessário de elementos que apreciam a coesão e coerência, tais como: intencionalidade, informatividade, aceitabilidade e situacionalidade, compondo uma estrutura pertinente dentro de um texto para que haja¹ entendimento do/a interlocutor/a a mensagem que o/a locutor/a quer passar, caso não esteja oportuno, o desinteresse em continuar a leitura é quase que imediato.

A **Coesão/ Coerência** são os pontos que se ligam para que haja compreensão textual, de modo visual seriam pequenos pedacinhos de pano que quando se juntam viram uma colcha de retalho, e que para isso aconteça é preciso avaliar a **intencionalidade**, que nada mais é do que os objetivos/propósitos do texto produzido tanto para o emissor quanto para o receptor da mensagem, afinal ninguém busca escrever para não ser entendido, por isso todo bom texto deve abusar de argumentos. A **aceitabilidade** busca a interação entre as duas partes, que vai além das palavras do texto, exige conhecimento de mundo que permita entender o que

está sendo exposto, em um texto científico, por exemplo, cabe à compreensão maior de quem já possui o hábito de ler textos desse meio, salvo se forem textos que sejam para iniciantes. **Informatividade** é a importância que aquele assunto possui motivo para ser lido e por último e não menos importante é a **situacionalidade**, que é a adequação do texto para a situação comunicativa em questão. Entre outras palavras usadas pelos autores, textualidade é o conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma sequência de frases e palavras, permitindo-se que ainda possam ser classificados os textos como literários, científicos, formais/informais, religiosos entre outros.

O fato é que o aperfeiçoamento da escrita acontece quando o locutor faz a prática de tentar transmitir a mensagem de modo claro e objetivo, posicionando ideias e permitindo ao leitor entendimento, além disso, os ambientes familiares, escolares, socioeconômicos e midiáticos influenciam na fala e na escrita de cada indivíduo, proporcionando características de escrita/fala, esse conceito interfere diretamente em seu conhecimento textual. Tudo isso está diretamente relacionado ao estudo que proponho e à análise que farei.

2.4 Processos de produção de textos por meio da Intertextualidade

No dicionário Michaelis (1998, p. 1171) é definida como a intertextualidade: superposição de um texto literário em relação a um ou mais textos anteriores.

Processo de produção de um texto literário que parte de vários outros e com eles se imbrica. Para o pensador Mikhail Bakhtin, na década de 1920, a intertextualidade era chamada de dialogismo e o termo somente foi alterado por Julia Kristeva (1969) crítica literária e escritora. Segundo Bakhtin (1986), cada texto produzido é baseado em textos lidos anteriormente, consciente ou inconscientemente pelo autor, que interage em suas produções textuais. Um exemplo simples Koch e Travaglia (1989) afirmam que a intertextualidade influencia tanto o processo de produção como o de compreensão de textos. "Todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de outro texto" (KRISTEVA, 1974, p. 64) e, ainda, compreende-se que existam sete níveis de intertextualidade, tais como: citação, epígrafe, alusão, referência, paráfrase, paródia e pastiche, a saber:

Citação é a transcrição de uma frase/trecho de um texto para outro, pontuando a indicação de qual autor fez a referida citação complementando com outros argumentos ou se contrapondo tal citação usada; **Epígrafe** (epígrafe” vem do grego “*epi = posição superior*”; “*graphé = escrita*) é a utilização de um fragmento de texto já existente permitindo a introdução de um novo texto; **Alusão** é toda referência/citação, é uma menção a outro texto ou a um fragmento textual; **Paráfrase** significa “*repetição*” à origem de sua palavra é grega (*para-phrasis*) que é o uso de outras palavras fazer o mesmo tipo de interpretação; **Paródia** é uma composição literária que imita, cômica ou satiricamente, o tema ou/e a forma de uma obra; **Pasticho (ou pastiche)**: imitação servil e grosseira de uma obra literária.

O processo de criação de um texto dentro de sala de aula permeia pela intertextualidade, ou seja, mesmo que os estudantes nem saibam o que significa o termo estão praticando a dependência de usar textos anteriores como referência.

2.5 Análise de Discurso Crítica (ADC)

A Teoria Social do Discurso basicamente estabelece um confronto de ideias entre o discurso e a estrutura social e serviu de orientação para a proposta do linguista e sociólogo britânico Norman Fairclough (1999), a Análise de Discurso Crítica uma abordagem científica, uma disciplina baseada na transdisciplinariedade que visa estimular a compreensão da realidade, integrando o texto, a interação/prática discursiva e a ação social/prática social.

O interesse central dos estudos em ADC recai sobre a produção de significados sociais por meio de textos, por compreender que a construção da realidade social se dá, também, e de maneira cada vez mais central, pela via simbólica. A atividade discursiva é, nesse sentido, definida como um dos momentos das práticas sociais. (ACOSTA, 2012, p.57)

Infere-se que a prática discursiva é a extensão do uso da linguagem e que abrange os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, ela satisfaz na forma linguística e textual. O gênero discursivo pode ser subdividido em: Gênero textual, Gênero de discurso, Classe de texto, Forma textual, tipo de discurso. As características peculiares a cada tipo de texto, a maneira como ele está apresentado ao leitor, sua estrutura e forma como está organizado, se é que determinam a que tipo de gênero cada texto pertence.

3 REDAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA

A repercussão do Exame Nacional do Ensino Médio no país tornou-se um acontecimento social, colaborando com os avanços no ensino, permitindo que os moldes atuais sejam contestados e novas teorias sejam comprovadas mais efetivas. Ao contrário do mundo da matemática, a língua não é exata, é uma variante que constantemente sofre mudanças, acompanha a evolução de seu meio, nem mesmo os dicionários mais atualizados conseguem acompanhar instantaneamente o desenvolvimento da língua como fenômeno social.

3.1 Questões de pesquisa/ objetivos

O objeto de estudo dessa pesquisa é analisar a textualidade e intertextualidade presente nas redações do ENEM, partindo do pressuposto de que existe um vão entre o que os estudantes deveriam saber aplicar nas provas e o que realmente acontece após a análise das redações aqui apresentadas.

A delimitação do estudo torna-se necessária devido à imensidão de vieses e proporções que o tema permite, sendo que o recorte do tema foi baseado em sua viabilidade e relevância no contexto da produção textual e também da revisão textual.

O estudo qualitativo propõe trabalhar com o processo de inferência de dados expostos, um modo de investigação, sem a necessidade de enumerar ou mensurar com base estatística os dados coletados. O uso de análise documental coaduna-se com essa proposta, e que Godoy (1995, p.21) afirma que os dados coletados na análise documental possibilitam a validação das informações obtidas.

Dessa forma, o uso de metodologia qualitativa e a análise documental comungam com os princípios básicos da proposta deste trabalho.

Para Marcuschi (2004, p.48) a língua portuguesa pode ser dividida em dois eixos paralelos, o uso da língua oral e escrita e a reflexão sobre a língua e a linguagem, isso quer dizer que o estudo deveria partir de uma concepção normativa dissertativa, ou seja, é uma forma de o aluno conseguir analisar e gesticular as variações que acontecem na língua.

a) Como ocorre o ensino da produção textual?

Constata-se que as dificuldades começam a partir das séries iniciais, no aprendizado, nos primeiros contatos que os pequenos têm com a disciplina. Os caminhos são tortuosos e perpassam desde a didática utilizada, às vezes ultrapassada, bem como o conhecimento e a competência do profissional responsável.

O/A educador/a, por um lado, deve estar atento/a a unir os Parâmetros Curriculares Nacionais, que em um curto espaço de tempo precisa ser ensinado/explicado aos educandos, o que contrapõe o fato de o/a professor/a conseguir verificar/pontuar a dificuldade de cada aluno dentro de uma sala de aula diariamente, dessa forma uma pequena dúvida gerada hoje, acarreta outras dúvidas posteriormente, ocasionando o desinteresse e frustrações no estudante por não conseguir contextualizar, raciocinar a lógica da teoria gramatical e a prática textual, e futuramente pode ocorrer de não conseguir desenvolver as competências necessárias para a próxima série de ensino, tanto que não é raro diagnosticar alunos que saem do ensino médio, até mesmo de graduações sem o domínio da norma culta e paralelamente com problemas de escrita e de linguagem.

Por outro lado, o/a educador/a não é o único que deverá ser envolvido no processo de aprendizagem, é necessário que a família, a sociedade e o Estado participem da vida dos educandos ativamente, contribuindo como ferramentas para o desenvolvimento educacional de cada estudante.

b) O ensino é efetivo?

A utilização de alguns critérios poderiam ajudar na assimilação dos conteúdos teóricos, permitindo que se relacionem diretamente com a vida e com a realidade dos/as alunos/as fora da escola, que despertem o interesse do/a aluno/a, que permitam integrar conhecimentos de várias áreas, disciplinas ou ciências, levando a diferentes ângulos de análise e diferentes interpretações. Bakhtin afirma que:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicológico de sua produção, mas pelo fenômeno da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações, a interação verbal constitui assim a realidade da língua. (BAKHTIN, 1999, p. 123)

É preciso substituir o pensamento de que os educadores são apenas um depositário de conhecimentos e que sua função nada mais é do que transmitir os

ensinamentos de forma sequencial e contínua, além disso, a intenção é substituir a postura dos aprendizes para que não continuem sendo pacíficas e cordatas, pelo contrário reflexivas e questionáveis, enquanto aprendem. Defensor da teoria de que deveriam reestruturar o ensino da gramática “a gramática deveria conter uma boa quantidade de atividades de pesquisa” afirma Bagno (2000, p.87), isso implica que o estudante possa ter o poder de criar o próprio conhecimento linguístico, compreendendo a teoria gramatical e complementa o discurso “seria uma arma eficaz contra a reprodução irrefletida e acrítica da doutrina gramatical normativa”. Castilho (2004, p.13) sugere a ideia de que “deixando de lado a reprodução de esquemas classificatórios, logo se descobriria a importância da língua falada, mesmo para a aquisição da língua escrita”.

c) Redação escolar x Redação do Enem

Conforme anteriormente dito, os/as profissionais da educação encontram como barreira trabalhar em sala de aula com materiais desatualizados e fora das atualizações acadêmicas, contrapondo o que é solicitado pelas competências e habilidades exigidas pelo Enem, pois a avaliação espera do participante uma consciência crítica.

3.2 Coleta de Dados

Desde 2012, o INEP publica um edital nomeado Guia do Participante¹⁹, que favorece aos participantes conhecerem a estrutura da prova, traz informações sobre as exigências das referidas competências, além fornecer explicações detalhadas de tudo o que os corretores esperam ao corrigirem as redações, mostram dicas de como o estudante deverá construir o texto, os argumentos que ele deverá utilizar o desenvolvimento do tema, o domínio da norma culta. É possível com o documento divulgado, ter acesso a algumas redações que receberam a pontuação máxima

¹⁹ O Guia do participante pode ser acessado no site no INEP Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_participante_redacao_enem_2013.pdf> Acesso em: 29 nov.2013.

(nota 1000) no Enem no ano anterior, por terem cumprido todas as exigências relativas às cinco competências avaliadas.

Competência 1: demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.

Competência 2: compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.

Competência 3: selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Competência 4: demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

Competência 5: elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Realizei a coleta de dados em um curso preparatório para o ENEM, onde foi aplicado aos/as alunos/as o tema de redação do Enem realizado em 2013, a saber: *“Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”*. Foi proposto que em um intervalo de uma hora as redações fossem feitas e, logo após, recolhidas para serem avaliadas.

Dentre as 15 redações expostas, foram separadas 3 (três) por se adequarem e serem suficientes para o objetivo da pesquisa, por apresentaram parâmetros para a realização da coleta de dados para as análises aqui propostas, bem como em consonância com os objetivos deste trabalho.

Destaco que o curso preparatório está localizado em uma região de Brasília/DF, é um ambiente propício para a aplicação das provas, tem estudantes que concluíram ou estão concluindo o Ensino Médio e que almejam ingressar em uma universidade por intermédio do ENEM. Portanto, precisam ter as habilidades necessárias para a produção textual, sobretudo no que envolve a textualidade e a intertextualidade, a fim de obterem resultados satisfatórios nas redações.

A proposta redacional de 2013, *“Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”*, fora um recorte temático que fez com que os participantes, baseado na Lei nº 12.760/2012 que alterado pelo o dispositivo do Código de Trânsito pudessem desenvolver um texto dissertativo-argumentativo.

Foram fornecidas quatro informações para servir de apoio para a redação, sendo duas imagens e dois textos. A primeira imagem ilustrava uma campanha do governo federal defendendo que as pessoas não dirijam após beber, e a outra imagem

mostrava um infográfico com dados de uma pesquisa sobre os efeitos da campanha na percepção da população. Os textos eram informativos, o primeiro listava as fases dos efeitos da bebida no trânsito, mostrando a porcentagem de acidentes provocados por motoristas embriagados. O segundo citava um exemplo de como os bares se adaptaram à nova lei, no caso uma campanha feita em Belo Horizonte, bolachas que sustentam os copos de *Chopp* nos bares foram coladas em ímãs e preenchidas com informações opostas sobre bebida e direção. Se o usuário optasse por colocar para cima o lado em que afirmava que voltaria para casa de carro, a bolacha magnética repelia o copo de bebida. Se ele preferisse o lado que escolhia o táxi como veículo para a volta para casa, o copo não era repellido.

A seguir, apresentaremos neste trabalho os três textos selecionados e organizados em sequência. Primeiramente, serão apresentados os textos originais advindos das provas corrigidas pelos corretores efetivos do Exame, e depois a análise feita com base teórica adquirida por esse trabalho sobre as dificuldades que configuram ao corretor/a perante as competências propostas pelo Enem ao corrigirem as redações.

Redação 1 – Marcos da Silva Gonçalves

1	O Brasil está entre os países com mais mortes
2	em acidentes de trânsito no mundo, que tem como
3	principal motivo um dos principais motivos o uso de
4	bebidas alcólicas antes de dirigir.
5	Após a implementação da Lei Seca no Brasil, que
6	foi desenvolvida divulgada de forma massiva através da
7	mídia, notou-se uma considerável diminuição nas
8	ocorrências de acidentes de trânsito relacionados ao uso
9	do álcool. Foi montada uma parte fiscalização além
10	de punições radicais contra os infratores, porém nem
11	uma dessas medidas levarão a "essência" deste preocupante
12	problema.
13	A população em geral deveria ter a ciência do con-
14	ceito de ética, uma vez que colocar a própria vida e
15	a do próximo em risco se define em uma atitude anti-
16	ética. Uma medida louvável visando resultados a longo
17	prazo seria a educação dos indivíduos desde sua vida
18	escolar sobre o início de sua escolar sobre o concei-
19	to ético que deveria estar presente no "DNA" de todos.
20	Com isso o início de sua vida escolar sobre o
21	conceito ético que deveria estar presente no "DNA" de todos.
22	Com isso, futuramente não seriam necessárias
23	quaisquer leis contra atos desta natureza, considera-
24	do que o indivíduo ético jamais colocaria a vida
25	de seu próximo em risco!
26	
27	
28	
29	
30	

Competência 1 - **Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa**

O participante demonstra domínio mediano da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita, ou seja, apresenta um texto com estrutura sintática mediana

para o grau de escolaridade exigido, porém com alguns desvios morfosintáticos, de pontuação, de grafia ou de emprego do registro adequado ao tipo textual.

Competência 2 - Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa

O participante desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão. Com essa pontuação, ou o tema da redação é desenvolvido adequadamente, porém de forma previsível, com pouco avanço em relação ao senso comum ou, embora o texto demonstre domínio adequado do tipo textual exigido, a progressão textual apresenta algum problema.

Competência 3 - Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Em defesa de um ponto de vista, o texto apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, ou seja, os argumentos, embora ainda possam ser previsíveis, estão organizados e relacionados de forma consistente ao ponto de vista defendido e ao tema proposto, e há indícios de autoria.

Competência 4 - Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

O participante apresenta repertório limitado de recursos coesivos e articula as partes do texto de forma insuficiente, com muitas inadequações, o que compromete a organização das ideias.

Competência 5 - Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

O participante elabora bem proposta de intervenção relacionada ao tema, decorrente da discussão desenvolvida no texto, articulada e abrangente, ainda que sem suficiente detalhamento.

Redação 2 – Benedita Paula de Mesquita

1 Lei seca no Brasil:
 2 O objetivo da lei seca foi trazer consienti-
 3 zação para as pessoas fazendo elas entender que não
 4 só vive de travessura, no trânsito cada acidente
 5 que acontecer com alguém chega a foder a ficar
 6 em cadeira de roda esse motorista culpado
 7 pelo que aconteceu com o mesmo, porque estava
 8 dirigindo bebado, isto quer dizer com tudo que
 9 o governo tenha feito não é suficiente para per-
 10 ceber que tem, muda, e se preocupar com as
 11 vidas das outras mesmo que essa pessoa que
 12 bebe e vai pegar no volante para dirigir não
 13 pensar nem nele mesmo.
 14 O Brasileiro sempre tão pouco tiverem en-
 15 teresse de lembrar que uma vida é importante
 16 querem mesmo é se divertir e levar tudo na
 17 mais pura diversidade, o tempo passa e
 18 pensamento continue o mesmo.
 19 Sabe qual é o maior problema das pessoas
 20 mesmo sabendo que o alcoolismo é uma grande
 21 droga que vafa livre não se dar conta e tem
 22 tem um controle, se faz de sergo surdo e mudo
 23 para viver no problema,
 24 O fato de continuar dessa maneira pode
 25 colocar a sociedade toda para colapso e vale
 26 lei mutas, perder pontos na carteira, se um
 27 dia essas pessoas voltar a ter respeito
 28 pelas as lei e a sociedade ai sim vai ter
 29 uma grande nação brasileira fazendo um
 30 Brasil bem melhor.

Competência 1 - Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa

O participante demonstra domínio insuficiente da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita. Seu texto apresenta estrutura sintática com certa organização, porém com muitos desvios morfossintáticos, de pontuação, de grafia

ou de emprego do registro adequado ao tipo textual, que comprometem a compreensão das ideias.

Competência 2 - Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.

O participante desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão, ou seja, com essa pontuação, ou o tema da redação é desenvolvido a partir de considerações próximas ao senso comum ou muito próximas do que foi proposto nos textos motivadores, sem progressividade, ou ainda o texto apresenta domínio precário do tipo textual exigido, com poucas características de uma dissertação, ainda que se reconheça o tema proposto.

Competência 3 - Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Em defesa de um ponto de vista, o texto apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores apresentados na proposta de redação.

Competência 4 - Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

O participante apresenta repertório limitado de recursos coesivos e articula as partes do texto de forma insuficiente, com muitas inadequações, o que compromete a organização das ideias.

Competência 5 - Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

O participante apresenta proposta de intervenção vaga, precária, frágil, superficial, ou relacionada apenas ao assunto, de forma tangencial ao tema, isto é, sem se ater ao recorte temático solicitado.

Redação 3 – Jaqueline de Mesquita de Souza

1 Com a lei seca implantada no Brasil
 2 fez com que a população brasileira dimi-
 3 nuiu-se nos acidentes de trânsito e outros
 4 que o álcool pode causar quando está
 5 ligado a um volante ou um quidam de mo-
 6 to.

7 A lei seca produziu um consentimento
 8 maior na população brasileira, fazendo
 9 com que nós parece pra pensar, uma
 10 coisa que já era obvia, que muito tem-
 11 po já vinha sendo dito pela mídia,
 12 mas não sendo praticada. A lei seca
 13 veio justamente para botar isso em prá-
 14 tica, "beber não dirig", preserve sua vida.
 15 Com a lei seca os índices de acidentes e
 16 mortes causados pelo álcool de um diminuindo.
 17 Com isso prova que para nós bastava
 18 ter um "impulso", que vinha e conscientiza-
 19 a população brasileira.

20 A lei seca também vem causando surpresas, com
 21 excessos de motorista, que não aprova a lei. Porém
 22 pode se dizer com o surgimento da lei seca
 23 muitos motoristas pensão bastante an-
 24 tes de sair, para um bar, festas, celebra-
 25 ções e beber além da conta.

26 Indubitavelmente é muitos meios de se divertir
 27 e não beber, mas se unir e abraçar a causa, pois
 28 a nossa vida vale bem mais que um copo
 29 de bebida alcoólica, pois a lei tá aí e es-
 30 tá cumprindo o seu dever. Se beber não dirige.

Competência 1 - **Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.**

O participante demonstra domínio insuficiente da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita. Seu texto apresenta estrutura sintática com certa organização, porém com muitos desvios morfosintáticos, de pontuação, de grafia

ou de emprego do registro adequado ao tipo textual, que comprometem a compreensão das ideias.

Competência 2 - Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.

Participante desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão. Com essa pontuação, ou o tema da redação é desenvolvido adequadamente, porém de forma previsível, com pouco avanço em relação ao senso comum ou, embora o texto demonstre domínio adequado do tipo textual exigido, a progressão textual apresenta algum problema.

Competência 3 - Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Em defesa de um ponto de vista, o texto apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, ou seja, os argumentos estão pouco articulados, além de relacionados de forma pouco consistente ao ponto de vista defendido.

Competência 4 - Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

O participante articula de forma mediana as partes do texto com inadequações ou alguns desvios e apresenta repertório pouco diversificado de recursos coesivos.

Competência 5 - Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

O participante apresenta proposta de intervenção vaga, precária, frágil, superficial, ou relacionada apenas ao assunto, de forma tangencial ao tema, isto é, sem se ater ao recorte temático solicitado.

3.3 Análise Textual e discursiva crítica

Em virtude de toda bagagem intelectual adquirida ao longo deste trabalho ao modo de observar a estruturação da avaliação textual, aferição ao desempenho dos/as participantes no Exame e analisar o papel do/a corretor/a de textos no âmbito da correção das redações do Enem 2013, é possível fazer uma reflexão sobre as práticas educativas de ensino buscando compreender que seguem vertentes distintas entre as práticas de correção exigidas no edital publicado pelo INEP com o que é desenvolvido em sala de aula durante o processo de aprendizado.

É preciso colocar o aprendizado como eixo norteador nas práticas educativas, para que os estudantes aprendam a partir de suas potencialidades e dessa forma consigam transpor suas habilidades com exatidão, seja uma ideia ou pensamento para o papel. Do mesmo modo serve para o educador aferir/avaliar o raciocínio lógico, a capacidade de organização das ideias, de análise e de síntese, e a forma e qualidade da expressão escrita.

O texto deve ser claro de tal forma que não permita interpretação equivocada ou demorada pelo leitor. A compreensão textual deve ser imediata. É importante usar um vocabulário acessível, redigir orações na ordem direta, utilizar períodos curtos e eliminar o emprego excessivo de adjetivos. Deve-se excluir da escrita ambiguidade, obscuridade ou rebuscamento.

O fato de o/a estudante não dominar os aspectos da escrita conforme visto pelas redações analisadas podem acarretar aos egressos uma nova exclusão social, e conseqüentemente, por mais que consiga o diploma, encontrará barreiras pessoais e profissionais, como um texto redigido sem coesão, contratos com erros, entre outros, ortográficos e a falta de credibilidade perante aqueles que irão em busca do serviço ofertado.

Ressalta-se que ao ingressar em uma faculdade, o/a estudante esteja apto para acompanhar a grade curricular e para tanto, é fundamental que a educação atual aprimore suas ações pedagógicas, visando à busca de novas alternativas metodológicas que proporcione um ensino preparatório de qualidade para as séries seguintes. Modificar o ensino exige trabalho de todos os envolvidos no processo: pais, professores, sociedade, Estado.

4 PERCEPÇÃO CRÍTICA DOS MOLDES DE ENSINO

O presente capítulo versa sobre o sistema educacional brasileiro que apresenta diversos entraves para os processos de ensino-aprendizagem, sendo um deles a excessiva valorização da memorização de conteúdos, segundo o qual conhecer é dispor de um repertório de respostas-padrão prontas. Porém, as avaliações do ENEM, conforme pode ser observado no Guia do Participante visam analisar o raciocínio do/a estudante de forma contextualizada e interdisciplinar em situações cotidianas, aferindo as suas competências e habilidades e principalmente a percepção crítica quanto ao seu texto argumentativo-dissertativo. Apresentam-se como resultados do referido exame a inauguração de uma posição inovadora a respeito do que deve ser valorizado no processo de ensino aprendido.

4.1 Análise dos manuais de ensino comparação com o edital: reflexão crítica

O processo educativo brasileiro deve estabelecer “a prática de pensar na prática é a melhor maneira de pensar certo” conforme orienta o educador Paulo Freire (2007), uma vez que a metodologia “leitura de mundo” permite ao educando entender as relações que existem entre os muros da escola com a sociedade em que vive. Dessa forma, a opção por apontar as competências e habilidades que o candidato deverá executar no Exame centra-se na percepção que envolve o art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que define que o Ensino Médio é a “etapa final da educação básica”, ou seja, infere-se que houve o desenvolvimento e aperfeiçoamento das competências e habilidades do educando, em um processo que se deu ao longo do ensino fundamental.

O conceito “competência” advém do entendimento de que são saberes, capacidades e informações que usamos para solucionar diferentes questões em diversos contextos, sejam sociais, profissionais ou culturais, estabelecendo assim, uma autonomia intelectual e pensamento crítico. No que tange as “habilidades” podemos conceituar que decorrem das competências adquiridas, uma vez que partem do pressuposto que exista a articulação e aperfeiçoamento do/a indivíduo/a

ao aplicar o conhecimento, em seu ambiente, de forma expressiva e contextualizada.

Conforme visto no capítulo 3, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, ao divulgar o Guia do Participante concede orientações pertinentes sobre o que são exigidos em cada uma das cinco competências que serão avaliadas na prova de redação. Nessa perspectiva, os/as participantes podem se preparar buscando fontes de estudo que se voltem para o Enem e que auxiliem e facilitem o aprendizado, promovendo a compreensão do que o edital/guia do/a estudante anseiam respectivamente de seus participantes.

A redação, por ter um enfoque em assuntos contemporâneos, como pode ser observado no tema “Efeitos na implantação da Lei Seca no Brasil” proposto no ano de 2013, torna indispensável que seja criado o hábito de estar atento aos assuntos que estão sendo divulgados nos meios de comunicação. É mister ter uma rotina de leitura e produção de textos ao participante que pretenda ter sucesso na formulação de uma proposta de intervenção como resposta a sua tese, haja vista ser um critério necessário para avaliar as habilidades e competências do participante. Além disso, o/a participante pode contar com os textos de apoio, ou melhor, textos motivadores, que remetem ao tema proposto permitindo o levantamento de tudo que sabe sobre o assunto, e dessa forma poderá organizar e planejar as ideias e posteriormente criar a estrutura da redação.

Transcrever conhecimentos para uma redação não é uma tarefa fácil, ainda mais em um exame que irá garantir uma vaga para cursar o nível superior. Com o número de concorrentes aumentando, destacam-se os que possuem desenvoltura na produção textual. Ter o poder de articulação, saber embasar o texto e manter a coerência, são peças indispensáveis nesse tabuleiro, sem esquecer, é claro, o domínio da norma padrão da língua em seu registro formal.

Pondera-se que esta é primeira barreira que encontram os estudantes/participantes, pois a didática de ensino nas escolas não atinge os moldes que deveriam ser apresentados e construídos em sala de aula, aqueles que visassem provocar o raciocínio crítico e analítico dos/as estudantes. Esse fato contraria a proposta das competências cobradas no Exame, criando uma lacuna entre o que é cobrado e o que é ensinado, e, conseqüentemente, os participantes não correspondem ao que foi previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação ao concluir o Ensino Médio, ser capaz de aplicar o que foi ensinado. Dessa forma,

torna-se viável para o educador criar um processo pedagógico promovendo as competências e habilidades como sendo foco em sala de aula contribuindo para que o educando venha a ser instigado para sua reflexão, ampliando o leque de seus conhecimentos, trabalhar com compressões e interpretações textuais, bem como gerar o ato escrita, de tal maneira que seja originado uma leitura de mundo eficiente.

4.2 Análise das provas corrigidas comparação com o ensino: reflexão crítica

Nesta seção, analisamos três textos reais produzidos por participantes do processo de 2013 que nos cederam às redações generosamente, não fazendo questão do anonimato. Com isso, pretendemos refazer os caminhos dos corretores do Enem, procurando compreender o processo de revisão/correção, tendo como referencial as competências descritas no capítulo 3.

Neste sentido, o papel do/a corretor/a fica apagado, sendo que, de seu trabalho, apenas sabemos o final, que é aferição da uma nota e como o objetivo do Enem é fazer a inclusão social, os corretores devem obedecer aos parâmetros de correção que estão expressos nas competências prescritas no manual de instrução do corretor, pois a forma de correção é diferenciada, é processada em várias fases pelo/a corretor/a. Assim, o Enem exige que esse profissional tenha habilidades dinâmicas de correção, haja vista que o Enem avalia os participantes que são aptos a desenvolverem nas redações com interdisciplinaridade.

4.2.1 Texto 1 – Marcos da Silva Gonçalves

Conforme se prevê na competência 1 – demonstrar domínio na modalidade escrita formal da língua portuguesa –, o participante apresentou uma defasagem no ato de escrita por não possuir o domínio aprofundado na língua formal escrita, havendo desvios gramaticais ao longo do texto.

No que é previsto na competência 2 – compreender a proposta de redação e aplicar os conceitos de diversas áreas –, o participante demonstrou articulou a proposição, argumentação e conclusão, dessa forma adentrou no que é proposto, porém não desenvolveu melhor as ideias, induzindo a compreender que não possui

uma leitura de mundo adequada para saber explorar as possibilidades de um texto dissertativo-argumentativo.

A competência 3, define que o participante saiba selecionar, relacionar e interpretar as informações apresentadas de modo que seja defendido um ponto de vista coerente e coeso na produção textual, algo que foi visto na redação em questão.

A partir das competências 4 e 5 visam a demonstração dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação, bem como saber elaborar uma proposta de intervenção para ao problema abordado, compreende-se que o participante apresentou um repertório básico de recursos coesivos, articulando de forma insuficiente algumas partes do texto, comprometendo, assim, sua pontuação.

4.2.2 Texto 2 – Benedita Paulo de Mesquita

Ao se analisar a competência 1, a participante demonstrou uma insuficiente na escrita formal da língua portuguesa, com muitos desvios gramaticais que comprometeram a compreensão do texto.

Quanto à competência 2, percebe-se que houve cópia de trechos dos textos motivadores, e que a participante apresenta um domínio escasso do texto dissertativo-argumentativo, não acatando uma estrutura com proposição, argumentação e conclusão, as considerações dos textos foram feitas próximas ao senso comum ou muito próximas do que foi proposto nos textos motivadores, sem indícios de autoria da produção textual, por mais que tivesse uma ideia do tema proposto.

Em relação à competência 3, a participante não obteve êxito na organização, além de o ponto de vista foi retirado nas linhas dos textos motivadores.

Quanto às competências 4 e 5, pode-se verificar no texto as articulações foram insuficientes, com muitas inadequações, comprometendo a organização das ideias, além disso, não houve de fato a proposta de intervenção do problema.

4.2.3 Texto 3 – Jaqueline de Mesquita de Souza

Ao se fazer a análise da terceira redação, verificou-se, no que exige a competência 1, que o participante demonstra insuficiência na escrita formal com muitos desvios gramaticais comprometendo também a compreensão das ideias.

Na competência 2, a participante desenvolveu um texto com domínio mediano textual dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão, porém sem aplicar o conhecimento de mundo.

No que tange a competência 3, houve argumentos limitados de tal forma que não se obteve um ponto de vista eficiente conforme é necessário em um texto argumentativo-dissertativo.

No que diz a respeito às competências 4 e 5 não houve articulações de recursos coesivos no texto, além de demonstrar de forma superficial a resolução do problema.

4.3 Percepção crítica advinda da análise das redações

As articulações da textualidade, os conhecimentos textuais dos participantes não condizem com os elementos necessários à construção de um texto de qualidade, em partes, isso se deve a insuficiência de conteúdo adquirido na base escolar, tal qual o uso da coerência e coesão é quase nula, uma vez que não se promove ao/a estudante uma leitura de mundo capaz de fazer com que pratique o que é visto em sala de aula. Para tanto, observamos que o uso de conjunções, pronomes e advérbios não penetram nos textos.

Se nos basearmos na teoria de Beaugrande e Dressler (1981), para quem é necessário o uso de intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e Intertextualidade, os textos apresentados precisariam ser reescritos, no caso de uma avaliação, receberiam a nota zero por não responderem o domínio básico de uma produção de texto. Em caráter do uso da intertextualidade, conforme Kristeva (2005, p. 68), todo texto se constrói como um mosaico de citações figura-se que as dissertações não fugiram a regra fez o uso de outras referências.

Os textos, aqui, apresentados, demonstram uma perspectiva abaixo da pretendida pelas competências estipuladas para o Exame Nacional do Ensino Médio, uma vez que, tendo como base as referências do conteúdo teórico visto, a

base construída de ensino nos/as estudantes não permite o desempenho ideal para alcançarem as vagas pretendidas em cursos de graduação. Também se observa que a escrita é determinante para a inserção social do indivíduo, o aprimoramento linguístico credibiliza o texto produzido, permitindo a integração efetiva do/a participante ao mundo acadêmico, nesse sentido, mesmo os que logrem ingressar, pelo Enem em cursos superiores, terão grande dificuldade em função de seu precário letramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O revisor/a/corretor/a de textos ao exercer sua função, não se compromete a simplesmente apontar os erros gramaticais nos textos corrigidos, a sua dinâmica leitura, vai além, permite proporcionar a/ao autor/a do texto uma forma mais coerente e coesa de divulgar o seu escrito e quando o/a profissional se torna corretor/a das Redações do Enem tem o papel de demonstrar ao participante as falhas encontradas em seu texto e partir da nota obtida promover ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM a análise da atual da educação brasileira.

Tendo em vista o exposto neste trabalho, verifica-se que não é o Exame Nacional do Ensino Médio que deveria ser reformulado, mas toda a grade curricular das escolas que não propõem um ensino eficiente, principalmente nas escolas públicas, que mesmo sendo orientadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, não o materializam efetivamente. Dessa forma, entendemos que é mais do que necessário que a educação brasileira promova o desenvolvimento das potencialidades das crianças, jovens e adultos, priorizando o processo de interação e comunicação, com atividades significativas e lúdicas, assim como a orientação ao aluno no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, caso contrário, sempre haverá que abrir cotas, reservas e processos de intervenção do Governo.

Ao analisar as redações apresentadas, bem como todo processo de levantamento de estudo teórico visto, a estrutura de ensino do Brasil compromete o desenvolvimento dos estudantes. O ensino da Língua Portuguesa, em tese deveria ser a disciplina com maior desenvoltura e interesse entre os estudantes, por ser tratar da língua mãe, por ser um meio de comunicação entre as pessoas por toda a vida, mas não é o que acontece, tanto que foram apresentados neste trabalho exemplos.

Conclui-se que, dentre os egressos do Ensino Médio, existe uma dificuldade de compreensão e interpretação de textos advinda do nível fundamental, a carência em ter a desenvoltura textual compromete a qualificação necessária quando o assunto é as redações da prova do Enem. Acredita-se que esse processo precisa ser redimensionado para fazer com que os estudantes, após concluir o Ensino Médio, estejam aptos para fazer as provas sem que as redações sejam analisadas e/ou consideradas como as maiores vilãs do processo.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Maria del Pilar Tobar. Protagonismo face à inevitabilidade da violência: vozes da rua em ocas' e em o Trecheiro. 2012, p. 57.
- ANDRADE, Gisele G.; RABELO, Mauro L. 2007. O ENEM e os desafios da correção de redações. In: ANDRADE, G. G.; M. L. RABELO. (Org.). *A Produção de Textos no ENEM: Desafios e Conquistas*. 1 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, v. 1, 2007,p. 11-23.
- AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAKHTIN, M. *Maxismo e filosofia da Linguagem*. 3.ed. São Paulo: Mussite. 1986.
- BAGNO, Marcos. *Dramática da Língua Portuguesa*. São Paulo, Ed. Loyola, 2000.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que é como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BASTOS, L.K; MATTOS, M.L. *A produção escrita e a gramática*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. Introduction to textlinguistics. London: Longman, 1981
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC/Semtec, 1999.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 972 de outubro de 1969.
- BRUNO, A. R. A aprendizagem do educador: estratégias para a construção de uma didática online. Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo. Doutorado. PUCSP. 2007.
- CARTILHO, Ataliba Teixeira de. A língua falada no ensino de português. São Paulo: Contexto, 2004. 4ª ed. p.13.
- DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. “Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento”. In: ROXO, R.; CORDEIRO, G. S. Campinas, Mercado de Letras, 2004, pp. 95-128.
- ESCOLA, a revista que educa – Edição especial nº 25. Página 8 – 10.
- FAVERO, L.L; KOCH, I.G.V. *Linguística Textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 1988 (Título Original, 1983).
- FREIRE, Pedagogia da Autonomia. 36ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2007
- GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. *Técnica de redação – o que é preciso saber para bem escrever*. 2ª edição/2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, jan/mar 1995. pp.21-25.
- GUIA DO PARTICIPANTE. A redação do Enem 2012, p.7.
- GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. São Paulo: Ática, 1992.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *A interação pela linguagem*. 6. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. Intertextualidade. In: *Texto e Coerência*. São Paulo: Cortez, 1993.
- HOUFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escolaridade à Universidade. 1998, p. 58.
- KRISTEVA, Julia. Introdução à semanálise. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- LOCKS, M. de L. R. K.; OLIVEIRA de, S. F. de A.; OLIVEIRA de, S. G. (organizadoras). *Desmistificando a redação*. Florianópolis: Pallotti, 1997.
- MALTA, Luiz Roberto S. S. *Manual do Revisor*. São Paulo: WVC, 2000. p.91.
- MEDEIROS, João Bosco *et al.* *Manual de redação e revisão*. São Paulo: Atlas, 2002.
- MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa/ São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998 – (Dicionário Michaelis) III série.
- MARCUSHI, L.A. *Perspectiva no ensino de Língua Portuguesa nas trilhas dos Parâmetros Curriculares Nacionais*. In: BASTOS, Neusa B. (Org.) *Língua Portuguesa em calidoscópio*. São Paulo: EDUC, 2004. (Série Eventos).
- PARÂMETROS Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997, p.126.
- MORAES, C.S.V. Ensino médio e qualificação profissional: uma perspectiva histórica. In: Bruno, L. *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas*. São Paulo: Atlas, 1996. pp. 124-145.
- MORAES, C. S. V. Educação permanente: direito de cidadania, responsabilidade do Estado. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p.19, 2006.
- _____; KRUPPA, S. Educação e trabalho na construção da cidadania: os anos 2000. In: CARVALHO, Ana M. P. de (Org.). *Formação de professores: múltiplos enfoques*. São Paulo: FEUSP/ FAPE/Editora Sarandi, pp. 91-122, 2013.
- SOARES, M.B. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.86.
- SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, jan/fev/mar/abr 2004, nº 25. p.8-14.
- MANNING, Peter K. Metaphors of the field: varieties of organizational discourse. In: *Administrative Science quarterly*, vol, 24, no4, December 1979, p. 668.

PERINI, Mário Alberto. Gramática do português brasileiro. São Paulo: Parábola Ed., 2010.

TRASK, R.L. Dicionário de linguagem e linguística. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.p 154- 5.

WEINRICH, H. Linguistik der luge.Heidelberg, Verlag Lambert Schneider, 1996.

ANEXO A – Exemplo de Redação que obteve nota (1000) ²⁰

Nome completo: ANDREZZA DIAS BASTOS FERREIRA

Data de Nascimento: 20/09/1994

FOLHA DE REDAÇÃO

20-09-1994

1	Comportamento ao volante
2	O automóvel foi uma das grandes invenções do homem. Ao longo dos anos, a espécie hu-
3	mana foi se organizando em sociedades e desenvolvendo meios para facilitar seu deslocamento. Dessa
4	forma, o sistema rodoviário foi implantado e, sendo, progressivamente, aprimorado no território brasileiro.
5	A intensificação desse processo gerou maior mobilidade à população, mas também possibilitou
6	a ocorrência de eventos mais nefastos por parte dos cidadãos, como o ato de dirigir após consumir
7	bebida alcoólica. A Lei Seca, atual medida adotada pelo Governo Brasileiro, coloca em
8	questionamento a necessidade de se discutir sobre a segurança no trânsito.
9	O ato de dirigir é semelhante ao de se praticar um esporte. Nele, realizam-se me-
10	canismos que estimulam a coordenação motora do indivíduo, capacitando-o para executar deter-
11	minada atividade. Porém, conduzir um carro é uma prática coletiva, pois é preciso ter noção
12	e competitividade para um bom desempenho próprio e também atenção para com o comportamento dos
13	outros ao volante. Assim, ao contrário de dirigir sobriamente é um comportamento muito
14	mais seguro que a bebida alcoólica afeta negativamente o controle do homem sobre si. A criação
15	da Lei Seca foi de grande importância para organizar esse quadro e, sem apontar esta-
16	tísticas gradualmente satisfatórias na redução de vítimas de acidentes de trânsito.
17	Contudo, muitos ainda se posicionam contra a lei mencionada, mas os motivos não se
18	justam que ela foi elaborada em vigor por um bom motivo. É compreensível o descontentamento de pes-
19	soas que são impossibilitadas de beber socialmente porque a legislação alega quantidades inge-
20	ridas que, para eles, são baixas e próximas ao ideal de consumo do organismo. Entretanto, é
21	fundamental que o ser humano compreenda que pagar pela vida de seus semelhantes é mais
22	importante do que atingir um prazer pessoal, e é a partir desse princípio que leis, como
23	a Lei Seca, devem ser respeitadas.
24	Portanto, medidas precisam ser tomadas a fim de diminuir as perigosas consequências
25	que a bebida alcoólica pode ocasionar aos motoristas. É obrigação do Governo cobrar da Be-
26	lém Rodoviária Federal a intensificação da fiscalização da Lei Seca, e a população precisa de dita
27	ção ressaltar, não subestimar a importância dos alunos em cumprir com esse dever. A mídia tam-
28	bém pode colaborar com campanhas e programas que incutem a cidadania e respeito com a lei. Além
29	disso, a sociedade brasileira precisa se tranquilizar e aguardar melhores da sociedade
30	conduta de suas futuras gerações no trânsito.

- | | | | |
|---|---|---|---|
| 1 | Verifique se o seu nome completo, a sua data de nascimento e o número do seu CPF, impressos nesta FOLHA DE REDAÇÃO, estão corretos. | 4 | Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do PARTICIPANTE. |
| 2 | Preencha o seu nome completo, a sua data de nascimento, o seu CPF e assine somente no local apropriado. | 5 | Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo. |
| 3 | Transcreva sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente. | 6 | Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens. |
| | | 7 | Não é permitido utilizar material de consulta. |

Nome completo: ANDREZZA DIAS BASTOS FERREIRA

ANDREZZA DIAS BASTOS
FERREIRA

Número do CPF: [REDACTED]

INEP

Ministério
da Educação

Andrezza Dias Bastos Ferreira



7706119528

ANEXO B – Exemplo de Redação que obteve nota (1000) ²¹

Nome completo: BEATRIZ DO NASCIMENTO CARVALHO Data de Nascimento: 09/02/1992

FOLHA DE REDAÇÃO 09-02-1992

Iniquação Jurídica Inequacional

Dada sua inibição, a bebida alcoólica faz parte da cultura de diversos cidadãos. Porém, com o surgimento da automação, essa e aquela não podem ser associados de uma mesma equação. Logo, apesar, a lei é aplicada no Brasil, reduzindo consideravelmente o número de mortes por acidentes de trânsito. Entretanto, a conduta diversa da sociedade e o sistema de transporte dificultam um efeito definitivo.

A aplicação da legislação brasileira encontra seu maior desafio no alto índice de iniquação. Isso ocorre devido à mentalidade individualista da maioria dos brasileiros, já citada pelo filósofo John Locke, que acredita que as leis existem para os outros mas não para si. Além disso, a má qualidade educacional, principalmente da universidade pública, reduz o conhecimento acerca de cidadania e dos direitos necessários para sua execução. Dessa forma, a quantidade de acidentes multiplicados e agravados ainda é grande, assim como o número de mortes.

Porém, o sistema de transporte no Brasil também dificulta a execução da lei. Isso ocorre devido à baixa responsabilidade de ônibus, trem e metrô durante o trajeto e a má conservação, tornando-os que há maior consumo de bebidas alcoólicas. Essa falta ocorre, principalmente, em ônibus periféricos, cidades pequenas e médias. Além disso, o excesso de segurança durante o trajeto e isso reduz. Assim, muitas pessoas optam por dirigir, colocando em risco a vida delas e de outros.

Portanto, a lei é importante para a redução do número de acidentes de trânsito. Porém, sua efetividade completa só ocorrerá com a mobilização da sociedade. Isso ocorre, a partir de agora, com a conscientização e a disciplina como cidadania e segurança no trânsito, além de termos mais rígidas as punições pelas transgressões e aumento o número de pontos de fiscalização. Além disso, deve-se fazer uma reforma no sistema de transporte público, aumentando o número de ônibus nos horários noturnos e nos centros periféricos. Dessa forma, será possível reduzir o número de mortes decorrentes no trânsito e chegar a uma sociedade mais individualista.

1 Verifique se o seu nome completo, a sua data de nascimento e o número do seu CPF, impressos nesta FOLHA DE REDAÇÃO, estão corretos.
2 Preencha o seu nome completo, a sua data de nascimento, o seu CPF e assine somente no local apropriado.
3 Transcreva sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
4 Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do PARTICIPANTE.
5 Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
6 Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
7 Não é permitido utilizar material de consulta.

Nome completo: BEATRIZ DO NASCIMENTO CARVALHO Número do CPF: [REDACTED]

BEATRIZ DO NASCIMENTO CARVALHO

640

Ministério da Educação

INEP

7706119528

0290213100433290010

²¹ Prova disponibilizada no site Uol Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/04/07/confira-exemplos-de-redacoes-nota-1000-do-enem-2013.htm>> Acesso em: 12 mai. 2014.
